

1ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 73.ª Sessão Ordinária
Realizada em 7 de Junho de 1971
(Segunda-Feira)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basilio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes, os srs. deputados: David Federmann, Lázaro Dumont, Paulo Camargo e Paulo Poli (4).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, na Ata que acaba de ser lida não consta o parágrafo que pedi fôsse acrescentado ao requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior.

Na oportunidade, justifiquei que votaria favoravelmente ao requerimento desde que se acrescentasse o parágrafo a que me referi. E na Ata não consta.

O SR. PRESIDENTE. — A Mesa indaga do nobre Deputado se o requerimento foi feito por escrito ou foi verbal.

O SR. ERONDY SILVÉRIO. — Foi verbal. Mas a Ata é a transcrita exata do que ocorre na sessão. E o requerimento embora verbal deveria constar na Ata.

Não estamos pedindo nada de mais, sr. Presidente, apenas que conste na Ata o que ocorreu na sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência fará constar.

Continua em discussão a Ata. (Pausa) — Aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Considerando:

1. A repetição de gravíssimos acidentes de trânsito na Avenida Paraná, cruzamento com a Rua dos Funcionários, em virtude de terminar ali a pista dupla da avenida já citada, eis que, a falta da devida sinalização surpreende aos motoristas, fato que já provocou, diversos acidentes, a morte de oito pessoas;

2. Que, por outro lado, no cruzamento das ruas Chile e 24 de maio, os veículos que trafegam pela segunda, sentido Norte-Sul, por falta de sinalização, ultrapassam a Rua Chile sem a devida atenção, já tendo ocorrido, por este motivo, mais de 20 (vinte) acidentes no local,

Requeiro, à Mesa, regimentalmente, onicie-se o exmo. sr. Diretor do DETRAN, eng. Marcos Prado, solicitando que S. Exa., com a maior urgência, se digne determinar as medidas necessárias para a sinalização dos dois locais acima destacados.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1971.

(a) **Murício Fruet.**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER seja encaminhado ofício ao DER (Departamento de Estradas de Rodagem), a fim de que se proceda a conservação e melhoria nas seguintes estradas do Oeste do Paraná:

I) — Cascavel a Campo Mourão, trafegando por Corbélia, à ponte do Rio Piquiri;

II) — Cascavel a Formosa D'Oeste, trafegando por Cafelândia e Nova Aurora;

III) — Cascavel a Guaira, trafegando por Toledo, Rondon, Palotina e Terra Rôxa.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1971.

(a) **Odilon Reinhardt**

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação, prende-se ao fato de que, já em ocasião anterior, encaminhamos a êste Departamento, requerimento onde solicitávamos fossem procedidos tais trabalhos, não obtivemos contudo resposta ao mesmo, nem foram realizados os trabalhos de melhoria e conservação das estradas.

Nossa nova solicitação, prende-se ao fato de que nas estações das chuvas, aquelas estradas tornam-se intransitáveis, impedindo desta forma, que sejam escoadas para fora da região, as produções agrícolas locais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas prerrogativas regimentais, depois de ouvido o Plenário, requer seja feito a cada um dos representantes do Paraná na Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, um veemente apêlo para que junto às autoridades federais intercedam para que, no mais curto prazo, sejam iniciadas as obras de duplicação da Rodovia Regis Bittencourt, no trecho Curitiba-São Paulo.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1971.

(a) **Fabiano Braga Côrtes.**

JUSTIFICATIVA:

Há poucos dias a imprensa nacional publicou declarações do engenheiro diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, doutor Eliseu Rezende, nas quais o mesmo afirmava que, de imediato, seriam iniciadas as obras de duplicação da rodoviária Regis Bittencourt, no trecho São Paulo até a divisa do Paraná. Quer dizer, novamente, nossos interesses ficam para o segundo plano. É necessário que todos nos unamos, Deputados estaduais, federais, Senadores e Governo do Estado para reivindicar uma obra que muito representa para o futuro do nosso Estado.

Esse nosso objetivo, para o qual contamos com o apoio dos senhores ilustres Deputados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a transcrição nos Anais da presente sessão dos seguintes esclarecimentos-históricos que acompanham este requerimento.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1971.

Nivaldo Krüger.

(Os esclarecimentos-históricos encontram-se transcritos no discurso do sr. deputado Nivaldo Krüger, na Hora do Expediente).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requerem, após ouvido o Plenário, que a Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, faça expedir, ao Excelentíssimo senhor presidente da República, Emílio Garrastazu Médici e ao ministro das Relações Exteriores, chanceler Mario Gibson Barbosa, o seguinte telegrama:

"Bancada Emedebista Parana vq congratula-se vossência afirmação de soberania extensão mar territorial duzentas milhas pt.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1971.

(a) Nivaldo Krüger.

PROJETO DE LEI N. 90-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Passa à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1971.

(a) Borsari Netto.

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia, na extensão de aproximadamente 15 km., que objetivamos passar à responsabilidade do DER-Pr., interliga através da PR-74 as cidades de Uraí e Rancho Alegre.

No eixo BR-369 — Uraí-Rancho Alegre-Assis (SP), com trecho BR-369 — Uraí asfaltado, apenas a rodovia Ura-PR-74 não é conservada pelo DER.

Além do fato de ser grande o tráfego intermunicipal e o que demanda ao Estado de São Paulo, atualmente a citada Rodovia está sendo retificada, visando a melhoria de condições de seu traçado, o que tendemos justificar plenamente sua passagem à responsabilidade do DER, que certamente apresenta melhores condições para os serviços de melhoria e conservação.

PROJETO DE LEI N. 91-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar um Ginásio Estadual, no bairro do Pinheirinho, nesta Capital, para funcionar anexo ao Grupo Escolar "Professor João Loyola".

Art. 2.º — As despesas decorrentes correrão à conta da verba orçamentária própria.

Art. 3.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1971.

(a) Acyr José

JUSTIFICATIVA:

Curitiba, a Capital paranaense, com todo o Estado atravessa um surto de desenvolvimento dos mais notáveis. Entre os bairros da Capital, por sem dúvida, pela situação demográfica e topográfica do terreno, o do Pinheirinho vem sendo o preferido para instalação de indústrias e residências, crescendo de forma impressionante o índice populacional, ao ponto da fácil constatação de um problema que se avolumava constantemente: O da falta de um Ginásio Estadual, para propiciar a centenas de crianças a oportunidade de aprimoramento cultural. O ginásio mais próximo dista cinco quilômetros, evidenciando-se a inconveniência de deslocação de criança em percurso tão longo. A justificativa, inteiramente procedente, está a aconselhar a aprovação e sanção do Plano de Lei, no testemunho efetivo da preocupação e interesse do Poder Executivo pelos estudantes do Paraná.

PROJETO DE LEI N. 92-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros) ao ancião Valentin Beck, que no dia 30 de julho de 1937, em ato heroico, deteve espontaneamente um bonde completamente lotado, que após atropelar um criança, desgovernado, estava na iminência de grave acidente com muitas mortes, oportunidade em que devido a sua coragem foi atingido, ficando inválido.

Art. 2.º — Na hipótese de falecimento do beneficiário a pensão será transferida para a esposa.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1971.

(a) Igo Losso

JUSTIFICATIVA: O texto do projeto de lei que ora submetemos à apreciação dos nobres Pares, por si só, diz bem do espírito de reconhecimento público e humanitário que caracteriza a proposição.

A farta documentação junto a este projeto, constituída de: a) Declaração da Companhia Fôrça e Luz do Paraná; b) Certidão da Delegacia de Polícia do Terceiro Distrito; c) Atestado médico de especialista, confirmam objetivamente o que afirmamos.

Embora o seu ato heroico de salvar dezenas de vidas lhe tenha inutilizado completamente a saúde, o sr. Valentin Beck nunca pleiteou oficialmente qualquer recompensa financeira, tendo só recebido as manchetes e honras do grande feito. Sempre viveu às suas próprias expensas, trabalhando como técnico de máquinas de costura, embora sua precária condição de saúde.

Agora, já idoso, com 68 anos, não pode mais trabalhar e juntamente com sua esposa, pois não possui filhos, passa por momentos difíceis.

Esta é a razão pela qual submetemos à apreciação dos nobres Pares, esta justa proposição, que temos certeza merecerá o apoio da Casa.

Enderêço: Rua Nossa Senhora da Penha n. 270 — Cajuru.

PROJETO DE LEI N. 93.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a elevar de vinte e cinco cruzeiros (Cr\$ 25,00) para cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50,00), a pensão mensal concedida a sra. Maria Francisca Oliveira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1971.

(a) **Quielse Crisóstomo**

JUSTIFICATIVA: A sra. Maria Francisca Oliveira, viúva do cabo de nossa Polícia Militar, vem recebendo pensão desde 1949. Com a falta de uma das pernas, a referida senhora enfrenta sérias dificuldades, principalmente de ordem financeira.

Por essa razão é de muita justiça que se eleve o "quantum" de sua pensão mensal.

PROJETO DE LEI N. 94-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Escola Normal, na sede do município de Lobato, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da Verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1971.

(a) **Quielse Crisóstomo**

JUSTIFICATIVA:

No município de Lobato existem 30 alunos que estão fazendo o Curso Normal em municípios vizinhos com os transtornos naturais que isso acarreta. E, neste ano, mais de 40 alunos irão concluir o Curso Ginásial, obrigando-se a procurar, como os primeiros, outros municípios, para a continuação de seus cursos. Por esta razão, submeto à apreciação dos meus Pares o presente plano de Lei, que espero ver aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Estamos ocupando a tribuna, na tarde de hoje, para trazer ao conhecimento do Poder Legislativo do Paraná uma quase que arbitrariedade que vem sendo praticada na cidade de Londrina, pela Saúde Pública. Londrina, com seus 280 mil habitantes, com seus magníficos arranha-céus, é uma cidade a exemplo de tantas outras em nosso Brasil, com problemas sociais os mais drásticos. Acreditamos nós que em Londrina deve haver, pelo menos, aproximadamente de 8 a 10 mil homens que não trabalham pela falta de maiores indústrias, em virtude da morosidade da industrialização no Norte do Paraná.

E quando falta trabalho, quando o mercado de trabalho é pobre e consequentemente, com muita gente desempregada, em busca do sustento para sua família, centenas de homens se vêm obrigados a encampar a profissão de ambulante, para satisfazer as necessidades do lar. Uns vendendo

frutas, outros vendendo salgados, enfim, o ambulante em Londrina constitui hoje uma grande classe; a cada dia ela se amplia, como já salientamos, por falta de maiores indústrias no nosso município.

Lamentavelmente, a Saúde Pública do Paraná resolveu, de uma hora para outra, exterminar com aquela laboriosa profissão, porque o homem é ambulante, o homem está pelas esquinas no seu carrinho, mas está trabalhando decentemente, não está matando, não está roubando. Ele é um pai de família que precisa trabalhar. E vemos com tristeza, srs. Deputados, que a Saúde Pública, ignorando o desemprego que há com aquela gente das cidades circum-vizinhas afluindo a Londrina, para ali ganhar sua vida, a Saúde Pública do Paraná determinou, de um instante para outro, que se proíba terminantemente as atividades de qualquer ambulante em nossa cidade de Londrina. Ficarão sem atividade centenas de homens que são humildes, que também pagam impostos, porque eles têm seu alvará de licença e jamais poderao ser proibidos de trabalhar. Nós queremos, neste momento, da tribuna da Assembléia Legislativa, levantar nossa voz a favor daquela gente que está sendo perseguida. Nós aqui estamos e voltaremos a tribuna, se necessário for, porque entendemos que o homem que é humilde, que trabalha como vencedor ambulante, que tem o seu alvará de licença, que contribue para com os cofres públicos de nosso Estado, eles não podem ser perseguidos. Não podem sofrer arbitrariedades, como vem ocorrendo em Londrina, aumentado ali o já seríssimo problema social de nossa cidade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE — Tendo declinado o deputado Nivaldo Krüger, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, sr. deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSARIO PITELLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Há dias passados ocupamos esta tribuna para solicitar, desta Casa, o apoio a um requerimento que fizemos ao Instituto Brasileiro do Café no sentido de que aquela autarquia autorizasse a prorrogação do prazo para renovação das lavouras cafeeiras.

Tivemos a oportunidade de verificar, na semana passada, numa entrevista dada pelo diretor do IBC, João Ribeiro Júnior, ao jornal "Folha de Londrina", que o Instituto Brasileiro do Café fará uma prorrogação para aqueles que já tem seu prazo vencido. O Diretor do IBC dizia em sua entrevista que vão ser analisados, pela autarquia, caso por caso de todo o plantio da renovação da lavoura cafeeira.

O dr. João Ribeiro Júnior dava ainda a notícia de que vamos ter um novo incentivo para o plantio de 200 milhões de cafeeiros. Esta é uma notícia alvareira para o nosso Estado que está partindo para novas lavouras e cafezais. A par disto tudo há um incentivo muito grande para que as novas lavouras venham a ser plantadas de forma a que se possa combater a "ferrugem", se ela nos vier visita rfuturamente.

Na certeza de que este incentivo irá trazer novas luzes ao querido Estado do Paraná, encaminho à Mesa o seguinte requerimento" (Lê)
"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, que se oficie ao Diretor do IBC, dr. João Ribeiro Júnior, manifestando a satisfação da Casa, pela sua preocupação constante, em sempre que lhe é possível trazer as melhores soluções para atender satisfatoriamente os reclamos da cafeicultura paranaense. Sua Excelência, paranaense de grande mérito, cafeicultor de longa data, é um homem extramamente sensível ao problema do café, pois, quando o Governo Federal, através de todos os seus órgãos procura renovar e revitalizar a

lavoura cafeeira de todo o Brasil, o ilustre representante paranaense junto ao Instituto Brasileiro do Café, dr. João Ribeiro Júnior, tem movido gestões que justificam plenamente a satisfação dos lavradores paraenses.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1971".

Este, sr. Presidente, o requerimento que temos a honra de passar às mãos de V. Exa. para que, depois de ouvido o Plenário, faça chegar às mãos do nosso Diretor do Instituto Brasileiro do Café as esperanças de que ele, como bom paranaense, continue movendo gestões para que nossa cafeicultura venha a ter um entusiasmo muito grande, o entusiasmo que realmente, merece. Muito obrigado! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito. sr. deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ouvi, admirado, traumatizado as palavras do Deputado, de um dos representantes de Londrina, Antonio Belinati, traumatizado porque entendemos nós que ao nos dirigirmos para esta Casa de Leis, o fizemos com a intenção de tentar defender a maioria do povo que representamos nesta Casa. Fiquei traumatizado, como técnico em saneamento, feliz ou infelizmente, ao ouvir um representante da Capital do Norte, incidir, desta tribuna, contra a ação legal fiscalizadora do Poder Executivo naquela próspera cidade. Referiu-se aquele parlamentar sobre a fiscalização de saúde pública, no que tange à venda de produtos ambulantes, evidentemente, não licenciados. Argumentava S. Exa. de que aqueles ambulantes teriam conseguido licenças, alvarás para trafegarem nas ruas de Londrina e, naturalmente, colocarem à venda o seu produto. É de se estranhar, que um parlamentar venha, de público, da tribuna, defender contraventores de leis. Contraventores de leis, sr. Presidente, srs. Deputados, porque a Lei de 12 de Janeiro de 1938 que ampara a fiscalização e a Polícia Sanitária do Serviço Público, a qual pertenci, não permite a venda de produtos deterioráveis, ou em caso, não licenciáveis, é o que está acontecendo em Londrina.

Quero dizer e fazer de público, da tribuna, que em meu nome como técnico, e como parlamentar desta Casa, devo dar os meus cumprimentos à fiscalização de Londrina, e citarei um só caso dos milhares que tenho conhecimento nos meus 15 anos de vida pública, como técnico em saneamento, que completei no dia de ontem, quero citar um só caso.

Certa vez, srs. Deputados, para estranheza de muitas parlamentares que compunham esta Casa na época, eu fizera a apreensão de várias toneladas de produtos deterioráveis de carne, de um determinado frigorífico da Capital, solicitei do Prefeito Municipal de Curitiba, permissão para que fôsse aquele material sepultado no cemitério da Prefeitura de Curitiba e para lá levaram com o devido cuidado todo o material apreendido e acompanhando o sepultamento após a edição de creolina e outras substâncias que viessem a tornar de todo inaproveitável aquele produto que já estava técnica e laboratorialmente condenado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que falta um minuto para concluir.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Fa-lo-ei no prazo.

Vou apenas relatar aos nobres Pares de que toda aquela carne sepultada no cemitério de animais da Prefeitura de Curitiba, foi retirada por indigentes, por elementos que trafegaram e quicá trafegam pelas ruas de Curitiba e confeccionados bolinhos de carne e outros materiais derivados daquele produto e coolcados à venda, através dos carros ambulantes que, para nossa estranheza, queremos que seja documentado nesta Casa, foram defendidos desta tribuna, por um homem que deveria ser o representante, como eu, de parcela do povo paranaense. Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

— 575 —

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para que fique constando nos Anais da Casa que nós, em momento algum, defendemos contraventores da Lei e se for o caso, que a Presidência constitua uma Comissão para verificar que, em Londrina, os vendedores ambulantes estavam devidamente legalizados com alvará concedido pela própria saúde.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece, se assim o desejar, que o requeira por escrito.

Concedo a palavra, ao quinto orador inscrito, sr. deputado Wilson Brandão.

O SR. WILSON BRANDÃO — Eu declino, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, sr. deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente. srs. Deputados.

Surpreendidos fomos ao regressarmos de Brasília, com uma notícia que nos entristeceu profundamente. Mais um crime se cometia contra o Ensino, no Paraná. Mais uma vez, esta Assembléia Legislativa carregava para si a revolta de toda uma classe das mais importantes para o desenvolvimento.

Acontece que, decorridos aproximadamente dois anos, quando esta Casa aprovava com resistência de homens que procuravam defender a educação em nosso Estado, aprovava um projeto de lei que pretende excluir do Estatuto do Magistério o Artigo 14 que estabelecia lista tripla para a escolha de Diretores de Estabelecimento de Ensino.

Felizmente, S. Exa. o sr. Governador do Estado, na época, não o sancionava, devolvendo a este Legislativo, fonte de sua origem. O seu Presidente, que ainda é hoje integrante deste Legislativo, deputado Armando Queiroz, recusava a promulgação; o seu Vice-Presidente, Túlio Vargas, da mesma forma agia.

Dois anos transcorreram. Lembramos hoje da revolta, do desagrado do professorado, naquela oportunidade.

E hoje minha crítica não atinge o autor da assinatura que promulgou o ato, mas atinge, acima de tudo, aqueles que o induziram a praticar tal ato. Porque não acredito que tenha sido uma iniciativa do Vice-Presidente deste Legislativo. Acredito, isso sim, que tenha sido uma orientação superior para que S. Exa. promulgasse o ato, fazendo com que se retire do professorado uma conquista, colocando por terra toda uma luta de muitos anos de mais de vinte anos. Retirando do professorado, aquilo que é uma forma democrática de se escolher Diretores de Estabelecimentos, para se propiciar injunções políticas, para se propiciar politicagem lamentável, catastrófica para o Ensino. Porque, a partir de agora, os professores, os depositários da educação, não poderão mais escolher os Diretores dos Estabelecimentos de Ensino. Corremos o risco de ver os chefes políticos escolherem seus cabos eleitorais para dirigirem Estabelecimentos de Ensino.

Não podemos admitir que haja involução histórica no Estado, que haja regressão. O Paraná não pode ser Capitania; o Paraná deve ter Governo e não donatários de Capitânias. Não podemos admitir que se faça deste Estado o que estão fazendo. Não podemos admitir calados, porque ainda nos resta a Justiça.

Neste instante, faço uma sugestão ao professorado do Paraná, sugestão que farei pessoalmente aos dirigentes da classe, aos Presidentes de Associações, para que procurem a Justiça, porque ainda resta Justiça no Estado para nossa felicidade. Se o Legislativo não cumpre com seus objetivos, devemos recorrer constantemente à Justiça, enquanto ela existe, para nossa felicidade e felicidade do povo. Infeliz do povo que não possui representantes que coloquem em primeiro lugar sua causa, mas que colocam, acima de tudo, a causa daqueles que detêm o Poder. Aqui estamos para

servirmos de instrumento ao povo, não para sermos instrumento dos poderosos. Não nos ajoelhamos perante os que detêm o Poder, porque amanhã o Poder poderá estar em outras mãos.

Minha crítica não é pessoal, não visa atingir ninguém individualmente. Minha crítica é no contexto geral, porque na política nada se decide isoladamente. Tudo depende de uma estrutura, de uma organização política, de uma orientação. Não foi uma atitude tomada isoladamente. Ao se agir assim, a meu ver, procura-se cometer um crime contra o Ensino do Paraná que luta para cumprir com seus objetivos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Erondy Silvério, sétimo orador inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Assumo a tribuna na data de hoje, embora rapidamente, para fazer um apêlo ao engenheiro dr. Plínio Costa, diretor-presidente da TELEPAR.

Não nos move, absolutamente — queremos dizer de início — o desejo de estabelecer confronto de administração, porque sou amigo e me honro da amizade do atual Presidente da TELEPAR, Plínio Costa, como também sou amigo do ex-presidente Ivo Arzua Pereira.

Todavia, de uns tempos para cá, alguma coisa não está funcionando bem na TELEPAR, porque a rede telefônica está acusando defeitos que devem ser corrigidos, a fim de que os usuários que pagam — e pagam bom preço pelo uso do telefone — não sejam prejudicados, principalmente aqueles que os usam para fins comerciais.

E vou citar o exemplo de dois bairros de Curitiba, cujos telefones estão mudos há vinte e dois dias. São os bairros do Seminário e Jardim Los Angeles. Há um defeito na rede que serve aqueles dois bairros há 22 dias, e a TELEPAR, até hoje, não providenciou, ou por razões de ordem técnicas que talvez desconhecemos, ainda não foi corrigido aquele defeito.

E ainda mais srs. Deputados, existe um telefone, o de número 23-2213 que, há 29 dias, se encontra com defeito. E, diariamente, o proprietário desse aparelho reclama a quem de direito, mas nenhuma providência até hoje foi tomada.

Portanto, quero deixar, aqui desta tribuna, o nosso apêlo ao dr. Plínio Costa, presidente da TELEPAR, porque tenho quase certeza que S.S. desconhece o que está ocorrendo no setor técnico daquela Companhia de Telefones.

Nós que conhecemos bem o dr. Plínio Costa, que sabemos de sua capacidade e de seu espírito público, de seu desejo de servir bem à gente paranaense, tantas vezes demonstrado nas diversas funções já ocupadas por S.S., tudo nos leva a crer que somente o desconhecimento de fatos graves como estes que estamos relatando, não o levava a tomar medidas enérgicas e sérias em defesa dos usuários de telefones de Curitiba.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Belinati, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra aos srs. deputados Nivaldo Krüger, Sebastião Rodrigues, João Mansur, Ivo Tomazoni e Nelson Buffara, que declinam. E ao sr. deputado Paulo Poli, que não se encontra presente. Não havendo mais oradores inscritos, está livre a palavra.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Venho hoje a esta tribuna para encaminhar um requerimento muito especial à Mesa.

Acolhido o recurso interposto pelo meu partido, pelo Poder Judiciário do Paraná, através de liminar que sustou a vigência de Emenda n.º 3 à Constituição do Estado, entendemos de nosso dever requerer inserção nos Anais da Casa de alguns documentos que devem servir para análise adequada para se alguém quiser, pesquisando os trabalhos realizados nesta Casa, nesta fase histórica da vida política do Paraná, possa encontrar algum marco que sirva de orientação para uma concepção justa da posição que assumimos.

Recebida a Mensagem Governamental, acompanhada da proposta da reforma constitucional, a bancada do MDB distribuiu nota oficial, através da imprensa, à opinião pública do Paraná, após uma longa reunião e prolongados debates, nota oficial por nós assinada, em nome da bancada, em caráter preliminar, avisando as correntes de opinião política do Paraná, qual o rumo e qual a posição que a bancada do MDB assumiu ante tão importante Mensagem, e também analisando a importância da decisão que os legisladores deveriam tomar nesses dias, em vista da Proposta de Emenda Constitucional solicitada pelo Governo do Estado.

E a nota oficial da bancada, do dia 9 de maio, se consubstancia nos seguintes termos: (lê)

“A bancada do MDB na Assembléia Legislativa está com a atenção inteiramente voltada para o estudo da Mensagem de Reforma Constitucional, proposta pelo Chefe do Executivo. Está o Legislativo diante da mais grave responsabilidade: estabelecerá, ao votar a alteração constitucional, normas básicas que sujeitarão o funcionamento dos poderes integrantes do organismo estadual, disciplinando sua própria vida como poder autônomo e não independente como deve ser.

Coloca-se a bancada emedebista, diante de tão séria questão, isenta de ânimos consciente da missão a ela atribuída e de que o momento não comporta predisposições oposicionistas, como também subserviência a situacionismo incondicionais. É o grande momento do Poder Legislativo. Poderá aviltar-se ou engrandecer-se, dependendo da compreensão e posição que tenha na questão”.

Acima desta questão, srs. Deputados, estavam nós preocupados com a grandeza de nosso Poder, com a importância do Legislativo, mais até do que a própria reforma constitucional em si.

Lutaremos para que saia fortalecido, respeitado, dignificado. Sua condição de Poder não lhe permite dobrar-se a caprichos ou pressões.

Os Deputados do MDB ao debruçar-se sobre a matéria, o fazem tendo em vista não a origem da Mensagem ou o seu autor, mas os objetivos elevados da democracia, em função da qual exercem vida partidária e mandato eletivo. Conscientes de que a sua finalidade última é o bem comum, só possível sob a égide dos princípios da dignidade humana, aceitam a tese proposta na justificativa da Mensagem de adaptação à Constituição Federal e às condições sócio-econômicas vigentes, discordando, entretanto, de qualquer modificação que venha atingir a independência dos poderes, subordinando-os de qualquer forma, ao Executivo: ou que fira a soberania dos tribunais.

A decisão final será de trinta e dois Deputados; a bancada do MDB é de nove. Entretanto a maioria há de ser nesta hora expressão única da razão, nunca decisão majoritária cega, obediente, opressora. Estão em cheque, com o espírito cívico, o patriotismo de cada Deputado e a alvidez do Legislativo. Lutaremos para que o resultado final seja horroroso e dignifique a todos. Ao buscá-lo, estejamos inspirados em propósitos decorrentes da concepção de que o Estado é apenas meio para realização harmônica da sociedade e de cada um dos seus integrantes. Conclamamos que acompanhe esse

lance todo o Paraná: juventude, categorias profissionais, intelectuais, especialmente imprensa, o rádio e a televisão. É uma nova Constituição que está para ser entregue ao nosso povo.

Assim ao recebermos a Mensagem que visava, srs. Deputados, aprovar a Constituição, analisar a nova Emenda Constitucional do Paraná, declaramos ao Paraná toda a isenção, todo o propósito no sentido de engrandecer os poderes, valorizar a democracia, de prestigiar o justo e o direito e até abdicar da condição de oposicionista para nos colocarmos na posição de homens que deviam e devem pesquisar e buscar o melhor caminho para o Paraná.

Esta previsão da bancada estadual do MDB não se concretizou. Vários episódios ocorridos no Plenário, fizeram com que a mesma em nova "nota oficial" esclarecesse:

"A Bancada Estadual do Movimento Democrático Brasileiro, vem a público para informar a sua posição, nos episódios ocorridos na Assembléia Legislativa que culminaram com a sua retirada do Plenário daquela Casa de Leis.

Entende a bancada estadual do MDB:

a) — que, a discussão é da essência da vida parlamentar e este é um direito incontestável;

b) — que, a revolta e o protesto são consequências da injustiça e do despotismo;

c) — que, o processo legislativo normal da reforma da Constituição, foi alterado pela bancada governista, que reduziu o número de discussões e restringiu os prazos comuns de interstício, acelerando, dessa forma a tramitação de tão importante matéria de forma injustificada;

d) — que, ao realizar-se a primeira discussão regimental da matéria, foi a bancada emedebista impedida de debater e votar as emendas à Constituição, que foram rejeitadas por uma simples comissão, na qual a bancada governista tinha a maioria, esbulhando violentamente o direito de apreciação pelo Plenário do Poder Legislativo das emendas aceitas pela Mesa Diretora e não incluídas no substitutivo;

e) — que, ao iniciar-se a sessão legislativa em que se discutiria pela segunda e última vez a reforma constitucional o vice-líder do Governo, requereu abruptamente o encerramento da discussão, antes que os Deputados do MDB tivessem oportunidade de defender suas idéias e propôr seus pontos de vista;

f) — que, o referido requerimento foi colocado imediatamente em votação sem que se permitisse a discussão de seu encaminhamento;

g) — que, os deputados emedebistas, impedidos de discutir e defender suas teses, saíram pela única solução decente que lhes restava, o protesto através da retirada de toda a bancada do recinto das sessões, deixando à vontade a bancada governista para proceder como bem entedesse e por não concordar com a validade do processo que discricionariamente se pretendeu impor.

Por crer na liberdade onipotente, criadora das nações robustas; por crer na lei, emanção dela, o seu órgão capital, a primeira das suas necessidades: por crer que a própria soberania popular, necessita de limites, e que estes limites vêm a ser as suas Constituições, por ela mesmo criadas, nas horas de inspiração jurídica, em garantia contra os seus impulsos de paixão desordenada: por crer que da justiça nasce a confiança, da confiança a tranquilidade, da tranquilidade o trabalho, do trabalho a produção; por crer que o Governo do povo, tem a base de sua legitimidade na cultura da inteligência nacional, o MDB ingressou perante o Tribunal de Justiça do Estado, com recurso ante os atos praticados pela Mesa da Assembléia Legislativa.

O Desembargador Henrique Nogueira Dorfmond, relator do Mandato de Segurança, apreciando aquela medida judicial assim se manifestou:

"Concedo a suspensão liminar, sustentando o ato que deu motivo ao pedido. Suspendo, em consequência, a vigência do Ato que promulgou a Emenda Constitucional n.º 3 à Constituição do Estado do Paraná, no dia 29 de maio de 1971, praticado pela Comissão Executiva da Assembléia Legislativa Estadual, face à relevância do fundamento invocado e da irreparabilidade do direito atingido, procedimento que se justifica face à alegada ilegibilidade do ato e também no denunciado abuso do poder.

Notifiquem-se os coatores, nas pessoas dos srs. deputados Wilson Fortes, Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo da Silva, na qualidade de membros da Comissão Executiva do Poder Legislativo e da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado, do conteúdo da petição, encaminhando-se a segunda via da mesma, para que prestem as necessárias informações, na forma e para os fins previsto no Artigo 7.º, Item I da Lei n.º 1.533 de 1951.

Da concessão liminar supra dê-se conhecimento ao exmo. sr. Governador do Estado do Paraná para que como terceiro, S. Exa. integre a lide, se quiser.

Requisitem-se da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado as certidões constantes dos itens a, b, c, d, e, f, da inicial.

Curitiba, 4 de junho de 1971.

a) — **Henrique Nogueira Dorfmond** — Relator

Esta decisão como era de se esperar alcançou alta repercussão na opinião pública do Paraná do País, razão pela qual fazemos êste histórico dos atos ocorridos.

Sala das Sessões, 7 de junho de 1971.

Deputado Nivaldo Krüger.

Líder da bancada do MDB na Assembléia Legislativa do Estado".

E assim, caiu a célebre Emenda Constitucional que tanto nós pretendíamos discutir nesta Casa e que tanto fomos cerceados. Srs. Deputados, esta decisão como era de se esperar, alcançou alta repercussão na opinião pública do Paraná e do País. Pois a imprensa nacional, através do seu órgão de divulgação, publicava em destaque um acontecimento talvez inédito na história da República brasileira e talvez na história da República de outros Países do mundo. Razão pela qual fazemos êste histórico dos fatos ocorridos, aguardando os acontecimentos. Requeiro à Mesa, a inserção nos Anais, desta matéria, para que como disse inicialmente, quando se fazer a história do Paraná, não se distorça as intenções desta bancada, que agiu tendo em vista o engrandecimento do Legislativo, a consolidação da democracia e, acima de tudo, do engrandecimento da justiça e do direito.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Quielse Crisóstomo, constantes do Expediente. Necessitam de apoioamento. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Acyr José, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 312-70, passa a denominar-se Jataí o atual Município de Jataizinho. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 312-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Passa a denominar-se Jataí o atual Município de Jataizinho.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.5.71.

aa) **Cândido Manoel Martins de Oliveira** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Pinto Dias

3.a **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 63-70, de autoria do dep. Armando Queiroz, que cria na sede do Município de Engenheiro Beltrão, uma Inspeção Regional de Ensino, também com jurisdição nos Municípios de Quinta do Sol, Fenix e Barbosa Ferraz. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3.a **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 145-70, de autoria do dep. Sílvio Barros, que inclui um parágrafo à Lei n.º 6.061, de 12 de dezembro de 1969, que criou o Instituto Agrônomo do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 202-70, de autoria do dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública, o Centro de Ação Jardim das Américas, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

2.a **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 70-70, de autoria do dep. Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo a celebrar, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com os Municípios de Palmital, Roncador e Pitanga, para construção de uma ponte sobre o rio Cantú. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — com **SUBSTITUTIVO. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.**

2.a **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 147-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 100,00 a pensão mensal concedida a Esperança Barbosa. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.**

1.a **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 130/70, de autoria do deputado Wilson Fortes, fica criada uma Inspeção de Ensino, com sede em Cidade Gaúcha, com jurisdição nos Municípios que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — com **SUBSTITUTIVO. — Aprovado,**

PROJETO DE LEI N.º 130-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada a Inspeção de Ensino da Cidade Gaúcha, com jurisdição sobre os Municípios de Cidade Gaúcha, Tapira, Nova Olimpia, Guaporema e Rondon.

Art. 2.o — O Poder Executivo baixará os atos necessários para a instalação e funcionamento da mesma.

Art. 3.o — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1970.

a) Dep. Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

O número de escolas secundárias e primárias da região é considerável. A região ressen-te-se de uma Inspe-toria de Ensino, a fim de dar maior amparo e solucionar os problemas educacionais com maior brevidade. Considerando êste fato, bem como a amplitude da região propomos à consideração o presente plano de lei, esperando que merecerá a devida atenção, uma vez que se trata de um benefício, em prol do ensino do Paraná. Efetivamente, o setor educacional mereceu especial atenção do atual govêrno, cabe a nós, homens que representamos as populações interioranas facilitar o trabalho dos abnegados mestres, dotando-os dos instrumentos que, não só melhorem o ensino, mas facilitem a solução dos problemas com êle relacionados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.o 130-70

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar, mediante decreto, uma Inspe-toria Regional de Ensino na sede do Município de Cidade Gaúcha, com jurisdição nos Municípios que especifica".

P A R E C E R

1) O projeto vem articulando e justificando, em consonância com determinação expressa contida no Regimento Interno.

2) Inconstitucional o projeto da forma como vem redigido, não obstante ser legal. Quanto a sua oportunidade, nada a opor. Todavia, para corrigir a irregularidade apontada, apresentamos substitutivo anexo.

3) Aceito o substitutivo indicado, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de agosto de 1970.

aa) **Emílio Carazzai** — Presidente

Ivo Tomazoni — Relator

Alencar Furtado

Paulo Poli

Luiz Renato Malucelli

Roberto Galvani

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.o 130-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, mediante decreto, uma Inspe-toria Regional de Ensino na sede do Município de Cidade Gaúcha, com jurisdição, além do Município sede, nos Municípios de Tapira, Nova Olimpia, Guaporema e Rondon.

Art. 2.o — Para atender o disposto no art. 1.o, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no art. 6.o, da Lei n.o 5.821, de 03 de agosto de 1968, os seguintes cargos de Provimento em Comissão: no inciso I, um de Inspe-toria Regional de Ensino, símbolo 3-C; no inciso III, um de Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C; e, no inciso IV, um de Inspetor Regional de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 3.o — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de agosto de 1970.

aa) Presidente

Relator — Ivo Tomazoni

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei N.º 130-70

I — De autoria do nobre deputado Wilson Fortes, objetiva este plano de lei a criação de uma Inspeção de Ensino, no Município de Cidade Gaúcha, com jurisdição nos de Tapira, Nova Olímpia, Guaporema e Rondon, além do Município sede.

II — O projeto está devidamente justificado, merecendo ser acolhido nesta Comissão, porém, na forma do Substitutivo lhe oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Alvaro Dias

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 243-70, de autoria do dep. Arthur de Souza, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Santa Mariana. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 243-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho de Santa Mariana, sociedade civil com fôro e sede no Município de Santa Mariana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1970.

a) Dep. Arthur de Souza

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública tem seu estatuto devidamente registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas e propõe-se a resolver sérios problemas que estão a afligir a comunidade Marianaense, já que a miséria, o analfabetismo e a subnutrição grassam sobre a população do rocio daquela cidade do setentrião paranaense.

O objetivo já alcançado foi agrupar cem (100) famílias pobres para lhes propiciar educação, orientação e assistência sempre que possível.

Somente estas razões, Senhores Deputados, justificam a apresentação deste plano de lei, o qual submetemos à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 243-70

AUTOR: Deputado Arthur de Souza

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública o Conselho de Santa Mariana, Sociedade Civil com fôro e sede no Município de Santa Mariana.

I) — O Projeto em apreço obedece as formalidades legais, estando devidamente justificado pelo estatuto e documentação anexa.

II — Nessas condições nosso parecer é favorável ao reconhecimento de Utilidade Pública.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Igo Losso

Cândido Martins de Oliveira

Arthur de Souza

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 8-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio celebrado entre a União, através do Ministério da Agricultura, e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, visando executar o plano Nacional de Combate à Febre Aftosa. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

MENSAGEM N.º 41-70

PROPOSIÇÃO N.º 99-70

Curitiba, 13 de outubro de 1970.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado entre a União e o Governo do Estado do Paraná, visando desenvolver programa de combate a Febre Aftosa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PAULO PIMENTEL

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado Francisco Escorsin

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

PROPOSIÇÃO N.º 99-70

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 8-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — É aprovado o convênio celebrado entre a União Federal, através do Ministério da Agricultura, e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, visando a executar, em mútua e estreita colaboração técnica e financeira, o Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, em toda a área geográfica do Estado, mediante as cláusulas e condições que estabelece.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER a Proposição n.º 99-70

1.º — Tratam os autos de mensagem do Governo do Estado capeando cópia de Convênio a ser firmado com o Governo Federal, através do Ministério de Agricultura e com vistas à execução do Plano Nacional de Combate a Febre Aftosa na área geográfica regional do Paraná.

2.º — A matéria é de especial interesse para a defesa da pecuária de nosso Estado e o convênio, nos termos em que está elaborado atende a todos os aspectos legais e jurídicos da questão.

30. — Sendo Constitucional e estando em condições de ser votada. E para tanto apresentamos projeto de resolução anexo.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Acyr José — Relator

Odilon Reinhardt

Emílio Carazzai

Cândido Martins de Oliveira

Gilberto Carvalho

Igo Losso

Convênio celebrado entre a União e o Estado do Paraná, visando desenvolver programa de combate à Febre Aftosa.

Aos dias do mês de do ano de 1970, a União Federal, representada pelo Doutor Luiz Fernando Cirne Lima, Ministro da Agricultura, (a seguir denominada "UNIÃO") e o Estado do Paraná, representado pelo Doutor Oscar F. L. do Amaral, Secretário de Agricultura do mesmo Estado (a seguir denominado "Estado"), acordam assinar o presente Termo de Convênio, em mútua e estreita colaboração técnica e financeira, visando a executar o Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, em toda a área geográfica do Estado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: — Sobre o projeto técnico, sua aprovação e execução:

Parágrafo Primeiro: — O projeto técnico-econômico será obrigatoriamente calcado nas diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, aprovado pelo Ministério da Agricultura.

Parágrafo Segundo: — A execução do referido projeto que passa a constituir parte integrante e complementar deste Convênio, caberá a um Grupo Executivo Estadual de Combate à Febre Aftosa, doravante denominado Grupo Executivo, a ser instalado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Convênio em Diário Oficial da União.

Parágrafo Terceiro: — O Grupo Executivo será constituído por:

a) Um executor, Médico-Veterinário, indicado pelo Coordenador da Coordenação do Combate à Febre Aftosa (CCFA) do Ministério da Agricultura.

b) Um Médico-Veterinário, também indicado pelo Coordenador da CCFA.

c) Um Médico-Veterinário indicado pelo Governo do Estado.

Parágrafo Quarto: — O Grupo Executivo será constituído através de Ato do Ministro da Agricultura, cabendo ao Executor a presidência do Grupo Executivo e a representação deste em todos os atos de sua competência.

Parágrafo Quinto: — Competirá ao Grupo Executivo a supervisão e coordenação no âmbito estadual de todas as medidas relacionadas com o combate à Febre Aftosa do mesmo Estado, comprometendo-se o Governo do Estado a prestar-lhe toda a colaboração que seja necessária para o melhor desempenho de suas atividades.

CLAUSULA SEGUNDA: — A execução do Projeto com respeito aos gastos operacionais será financiada pelos seguintes recursos:

I — Contribuição da União, através do Ministério da Agricultura, na importância total de Cr 19.450.000,00, correndo à conta de seus recursos previstos no orçamento plurianual de investimentos e do Fundo Federal Agropecuário assim englobados:

a) 1.º ano	Cr\$ 3.990.000,00
b) 2.º ano	Cr\$ 4.900.000,00
c) 3.º ano	Cr\$ 5.115.000,00
d) 4.º ano	Cr\$ 5.445.000,00

T O T A L Cr\$ 19.450.000,00

II — Contribuição do Estado, na importância total de Cr\$ 14.500.000,00 consignados no seu orçamento, assim distribuídos:

a) 1.º ano	Cr\$ 2.975.000,00
b) 2.º ano	Cr\$ 3.650.000,00
c) 3.º ano	Cr\$ 3.815.000,00
d) 4.º ano	Cr\$ 4.060.000,00

T O T A L Cr\$ 14.500.000,00

Parágrafo Primeiro: — A contribuição do Estado, referida nesta Cláusula, compreenderá uma parte em numerário, controlada pelo Grupo Executivo, e uma parte em recursos não controlados pelo Grupo Executivo e que se refere a pagamento de pessoal efetivo, gastos administrativos e de manutenção da Campanha.

Parágrafo Segundo: — As partes convenientes se obrigam a obedecer ao CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO a ser anexado ao presente instrumento, considerados como parte integrante a êle e relativo às contribuições comprometidas.

Parágrafo Terceiro: — As partes depositarão em conta especial a ser aberta na Agência do Banco do Brasil S.A. e em o montante de suas contribuições em numerário, de acôrdo, com o cronograma de aplicações aprovado.

Parágrafo Quarto: — Os recursos acima especificados poderão ser reajustados de acôrdo com a modificação dos custos imputados como gastos operacionais.

CLAUSULA TERCEIRA: — Durante a vigência do presente Convênio, o Grupo Executivo do mesmo se obriga a apresentar à Coordenação do Combate à Febre Aftosa, e ao Governo do Estado, informes detalhados de acôrdo com modelos e normas a serem instituídas pela aludida Coordenação, referentes às suas atividades, compreendendo:

- I — Desenvolvimento dos trabalhos técnicos.
- II — Demonstrativo da aplicação de recursos e registros contábeis.
- III — Elementos outros considerados necessários à critério da CCFA.

Parágrafo Único: — Todos os trabalhos concernentes ao combate à Febre Aftosa no Estado obedecerão à legislação federal específica, as normas regulamentares baixadas pela CCFA e às determinações do Grupo Executivo.

CLAUSULA QUARTA: — A alteração deste Convênio dependerá de prévia aprovação dos órgãos competentes do Ministério da Agricultura, devendo ser proposta pelo Chefe do Grupo Executivo através do Coordenador da CCFA ou por iniciativa deste.

CLAUSULA QUINTA: — A duração do presente Convênio será de quatro anos contados da data da sua publicação no Diário Oficial da União.

E, para firmeza e validade do que acima ficou estipulado lavrou-se o presente termo, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenientes já mencionadas e pelas testemunhas.

aa) _____

Ministro da Agricultura

Secretário da Agricultura

Testemunhas:

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Rosário Pitelli, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao sr. Diretor do I.B.C., manifestando a satisfação da Casa, pela sua constante preocupação em trazer as melhores soluções para atender os reclamos da cafeicultura paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao sr. Diretor do DETRAN, no sentido de adotar medidas necessárias de sinalização em locais que especifica. — Em discussão.

O SR. JOAO MANSUR — Peço a palavra, sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia de amanhã.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo a cada um dos representantes do Paraná na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para que intercedam junto às autoridades federais, para que, no mais curto prazo, sejam iniciadas as obras de duplicação da Rodovia Régis Bittencourt, no trecho Curitiba-São Paulo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Departamento de Estradas de Rodagem, a fim de que proceda a conservação e melhoria em estradas do oeste do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja expedido telegrama e endereçado ao sr. Presidente da República e Ministro das Relações Exteriores. Em discussão.

O SR. JOAO MANSUR — Peço a palavra, sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia da sessão de amanhã, de acôrdo com o Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando transcrição nos Anais de esclarecimentos históricos. O esclarecimento foi lido por S. Exa. da tribuna, já está constando "ipso facto", dos Anais da Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, ficando marcada outra para amanhã, dia 8, terça-feira à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 59-69;

3. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 70-70 e 147-70;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 130-70, 243-70, 8-71;

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 268-70.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Pela ordem) Sr. Presidente, faria uma solicitação à Mesa, para saber qual a Ordem do Dia anunciada para amanhã.

O SR. PRESIDENTE — Com a devida vênha, faremos a leitura da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 59-69;

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 70-70; 147-70;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 130-70; 243-70; 8-71;

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 268-70.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Pela ordem) Sr. Presidente, V. Exa. acaba de anunciar para a Ordem do Dia de amanhã, praticamente a mesma matéria que se está votando hoje. Esta é uma prática que sempre se usou nesta Assembléia. É uma prática usada em todas as Assembléias do Brasil. É uma prática usada em todos os Parlamentos do mundo. No entanto, sr. Presidente, o Tribunal de Justiça concedeu mandado liminar na matéria que não foi anunciada com 24 horas de antecedência. Porque, sr. Presidente, o prazo sempre se contou do início das sessões e o Tribunal de Justiça, entendeu que não deva ser assim — entendendo que as Assembléias de todo o Brasil e que o Congresso também, de todo o País, vinham incorrendo em erro, — deferiu mandado liminar. E agora verifico, que V. Exa. ao anunciar

a matéria para a sessão de amanhã, está fazendo com que toda essa matéria que amanhã vai ser votada, possa também ser inquirida de inconstitucional, porque não está mediando o prazo de 24 horas.

Assim, solicito a V. Exa. que decida esta minha questão de ordem, para que se resguarde e se reserve o direito soberano deste Plenário. —
(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de ordem do deputado Amando Queiroz, esta Presidência reconhece a validade dos termos das expressões aqui endereçadas e considera matéria relevante que deverá ser estudada por esta Executiva.

A Questão de Ordem, por tais motivos, deverá ser respondida na Sessão Ordinária de amanhã.

Mantem-se, ainda a tradição da Casa. A Ordem do Dia será a mesma para amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, à Hora Regimental e uma sessão extraordinária para logo após a sessão ordinária para Discussão Única da Proposição n.º 18-71.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 7a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho de hum mil e novecentos e setenta e hum, reuniu-se na Sala das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Redação Final. Sob a presidência do Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, e na presença dos demais membros, foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde o senhor Deputado Mauricio Fruet, apresentou redação final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 235-69, de autoria do Deputado Emilio Carazzai, autorizando o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Tapejara, uma Escola Normal de grau colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N.º 255-69, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, denominando Vereador José Ramos de Oliveira, o atual Grupo Escolar de Pirapó, Distrito do Município de Apucarana. PROJETO DE LEI N.º 259-70, de autoria do Deputado José Alencar Furtado, autorizando o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), à viúva Ana Santos Bello. PROJETO DE LEI N.º 103-70, de autoria do Deputado Paulo Poli, criando uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município de Mamborê, com jurisdição nos Municípios de Ubatã, Campina da Lagoa, Nova Cantu, Janiópolis, Boa Esperança e das outras providências. PROJETO DE LEI N.º 95-70, de autoria, digo, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, integrando o Município de Palotina à 43a. Inspeção Regional de Ensino, com sede em Toledo. PROJETO DE LEI N.º 302-68, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, concedendo o título de Cidadão Honorário ao Senador Attilio Fontana. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais eu, Antonio Lacerda Braga Neto, Secretário, lavrei a presente Ata que, uma vez lida e achada conforme, vai por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos de lei.

PROJETO DE LEI N.º 255-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica denominado Vereador José Ramos de Oliveira o atual Grupo Escolar de Pirapó, distrito do Município de Apucarana.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-6-1971.

(aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator

PROJETO DE LEI N.o 302-65

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.o — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senador Atílio Fontana.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-6-1971.

(aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator

PROJETO DE LEI N.o 95-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.o — Passa a integrar a 43a. Inspetoria Regional de Ensino, com sede na cidade de Toledo, o Município de Palotina.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-6-1971.

(aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator

PROJETO DE LEI N.o 103-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.o — Fica criada na sede do Município de Campina da Lagoa, uma Inspetoria Regional de Ensino, também com jurisdição nos Municípios de Ubiratã, Mamborê, Nova Cantú, Janiópolis e Boa Esperança.

Art. 2.o — Para o funcionamento da Inspetoria Regional de Ensino criada pelo artigo anterior, ficam criados, igualmente, 1 (um) Cargo em Comissão de Inspetor Regional de Ensino, 1 (um) cargo em Comissão de Inspetor de Ensino Médio, e 1 (um) Cargo em Comissão de Inspetor de Ensino Primário.

Art. 3.o — As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 4.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-6-1971.

(aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator

PROJETO DE LEI N.o 259-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), à Ana Santos Bello, residente em Curitiba.

Art. 2.o — A despesa decorrente da presente Lei, correrá à conta da dotação consignada para êsse fim, na Lei de Meios.

Art. 3.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-6-1971.

(aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator

PROJETO DE LEI N.o 235-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Tapejara, uma Escola Normal, de grau colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-6-1971.

(aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator